

Historiografia catarinense: uma introdução ao debate

Cristina Scheibe Wolff*

Resumo: Introduz o debate da historiografia catarinense apresentando uma proposta de classificação desta em três grupos principais, a partir da delimitação dos objetos de estudo e de sua abordagem teórico-metodológica: abordagens estadual tradicional, local tradicional e temática.

Palavras-chave: Historiografia – História - Santa Catarina.

Abstract: Introduction to a debate of Santa Catarina historiography through a proposal classifying it into three main groups, starting with the delimitation of study subjects and a theoretic-methodological approach to state history; traditional local history; and thematic approach.

Key-words: Historiography – History – Santa Catarina.

Catarinense Historiography: a introduction to the discussion

Este artigo surgiu a partir de diversas situações nas quais me envolvi como professora da UFSC. A primeira foi a disciplina *História de Santa Catarina*, que venho lecionando há quatro semestres e que me possibilitou perceber a pequena quantidade de estudos sobre a historiografia de Santa Catarina.¹ Outras situações foram cursos para professores da rede estadual de ensino e de especialização realizados no interior do Estado, que me colocaram frente ao quase absoluto desconhecimento, por parte deste público, da existência de várias produções historiográficas, de diversas tendências teórico-metodológicas sobre Santa Catarina. Conversas com outros professores, principalmente Henrique Pereira Oliveira, Élio Cantalício Serpa e Maria Bernardete Ramos Flores também ajudaram a convencer-me da necessidade de apresentar uma espécie de classificação provisória, sem pretensões de ser absoluta, da historiografia catarinense recente. Esta *classificação* foi elaborada como um instrumento didático para facilitar e iniciar o estudo da historiografia de Santa Catarina e principalmente como uma forma de provocar o debate sobre o tema.

* Professora do Departamento de História da UFSC. Este artigo foi originalmente publicado na Revista Catarinense de História, Florianópolis, v. 2, p. 05-15, 1994.

¹ PIAZZA, WALTER Fernando. Historiografia catarinense e fontes para a história. In: *Santa Catarina: Sua História*. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1982. p. 15-36.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. A Autoridade do Passado. In: *Teatros da Vida Cenários da História. A farra do boi e outras festas na Ilha de Santa Catarina*. São Paulo, PUC/SP, 1991. Tese (Doutorado em História).



Chamo de recente a produção historiográfica realizada a partir da década de 40, em primeiro lugar porque estas são as obras que podem ser encontradas com maior facilidade nas bibliotecas e livrarias de nosso Estado. Em segundo, porque foram estas as obras com as quais trabalhei até hoje, em minhas pesquisas e minha experiência de ensino, e, portanto não pretendo generalizar meu *esquema classificatório* de forma aleatória.

A partir de um ponto de vista centrado na delimitação do objeto de estudo do historiador, é possível vislumbrar a existência de três grupos principais na historiografia catarinense recente. O primeiro é formado por obras que se pretendem *estaduais* e geralmente dão grande importância a eventos políticos de âmbito municipal, local, enquanto o terceiro grupo produz uma história centrada em temas e questões-problemas.

Esta classificação que estou apresentando, no entanto, deve contemplar ainda uma caracterização de cunho teórico-metodológico que perpassa a questão da delimitação do objeto de estudo. Simplificando bastante esta questão, podemos seguir o esquema elaborado por Peter Burke² para diferenciar a chamada *nova história* da *história tradicional*, no qual são destacados seis pontos principais de contraste.

1. Enquanto para o paradigma tradicional “a história diz respeito essencialmente à política”³, a *nova história* interessa-se em princípio por toda atividade humana.
2. A *história* tradicional é pensada como uma narrativa dos acontecimentos. Já a *nova história* preocupa-se com uma análise, seja de estruturas, de processos, ou dos próprios acontecimentos.
3. Tradicionalmente a história tem sido *vista de cima*, ou seja, “tem se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos”.⁴ Muitos dos novos historiadores, entretanto, têm se preocupado com a *história vista de baixo*, privilegiando a experiência das pessoas comuns.
4. O paradigma tradicional da história privilegia a utilização de registros oficiais, emanados do Estado e guardados em arquivos, negligenciando a utilização de outros tipos de evidência aos quais a *nova história* tem recorrido com frequência, como a história oral, as fontes iconográficas, acervos particulares etc., que muitas vezes permitem ao historiador uma visão menos centrada nas ações do Estado e das elites.

² BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 7-37.

³ Idem, p. 10.

⁴ Idem, p. 12.



5. O modelo de explicação histórica do paradigma tradicional costuma se restringir à atuação de personagens colocados em evidência na documentação. A *nova história* tem aberto o leque de perguntas que um historiador pode fazer, preocupando-se não só com atuações individuais, mas também, e talvez principalmente, com movimentos coletivos.
6. Para o paradigma tradicional a história deve (e pode) ser objetiva. “A tarefa do historiador é apresentar aos leitores os fatos, ou, como apontou Ranke em uma frase muito citada, dizer ‘como eles realmente aconteceram.’”⁵ No entanto, este é um ideal irrealista. Nosso olhar de historiadores está sempre colocado em uma perspectiva, em uma convenção determinada por nossa cultura, língua, posição social e política. Além disso, os próprios documentos nos apresentam visões parciais dos acontecimentos do passado. Assim, ao invés do ideal de uma *história verdadeira*, Peter Burke nos apresenta o projeto da Heteroglossia – das múltiplas vozes, variadas e opostas, das múltiplas perspectivas.

Este contraste feito entre uma *história tradicional* e uma *nova história*, no entanto, diz muito pouco. Neste rótulo *nova* são agrupadas normalmente visões muito díspares da história, tais como a história quantitativa, história das mentalidades, história cultural, história social, entre outras. Já a chamada *história tradicional* fica melhor caracterizada, apesar da imprecisão do termo. Devemos ainda ressaltar que todas as críticas feitas a esta maneira de se escrever a história não a tornam menos importante, mesmo no momento atual. Em Santa Catarina, por exemplo, boa parte do conhecimento histórico sobre as diversas regiões só pode ser obtido em obras com este tipo de orientação metodológica.

Ao iniciar uma apresentação mais detalhada das principais abordagens da historiografia catarinense, gostaria de alertar as leitoras e leitores, mais uma vez, para o caráter provisório e experimental desta *classificação*. Ainda, o fato de citar alguns autores e suas obras tem como objetivo por um lado exemplificar a proposta e, por outro, possibilitar aos leitores que experimentem a classificação, fazendo uma leitura crítica da mesma. Também gostaria de deixar claro que existem muitas obras de grande interesse historiográfico que não serão aqui citadas.

1. Abordagem estadual tradicional⁶

⁵ Idem, p. 15.

⁶ Foi bastante difícil encontrar um termo para descrever esta tendência historiográfica tão importante e significativa em nosso Estado. Estou utilizando o termo tradicional com referência ao que coloca Peter



O Estado de Santa Catarina é uma unidade política marcada por grande heterogeneidade cultural e histórica entre suas diversas regiões. Portanto, não é de se espantar que a tentativa de se criar uma historiografia, que diga respeito a este Estado como um todo, prenda-se bastante à descrição de sua trajetória política.

As principais sínteses da história estadual seguem esta orientação básica, dividindo a história catarinense em três períodos: Colônia (até 1822), Império (1822 a 1889) e República (1889 em diante), de acordo com a periodização política nacional.

Além da grande ênfase aos fatos políticos e militares, estas obras apresentam grande preocupação com nomes ilustres, políticos, empresários, religiosos, com biografias e cronologias referentes a estes personagens. São estes os *sujeitos* desta forma de se escrever a história. Esta característica pode ser exemplificada com o capítulo XVIII – *Ruralismo, Urbanização, Industrialização*, do livro *Santa Catarina: sua História*, do professor Walter Fernando Piazza. No item *A industrialização (de 1850 a 1900)*, o autor, após breve introdução relacionando o processo de industrialização catarinense com a imigração e citando o surgimento das primeiras indústrias dos ramos têxtil, metalúrgico, tipográfico, de alimentos etc., passa a biografar o que chama de *lideranças*: 14 empresários de origem germânica e um de origem italiana, fundadores de empresas e grupos econômicos, muitos dos quais ainda mantêm grande importância até hoje. Nenhuma palavra sobre a mão-de-obra.⁷

Esta abordagem da historiografia catarinense pode muito aproximada daquela abordagem tradicional traçada por Burke. Além da grande importância dada à política e aos *grandes homens*, esta historiografia está adequada a todos os outros pontos levantados pelo autor: é uma história *vista de cima*, pretende-se objetiva, utiliza principalmente fontes oficiais escritas, atém-se basicamente a uma narrativa dos acontecimentos e às atuações individuais dos *grandes homens*.

Além da obra do professor Walter Piazza, já citada, e de outras do mesmo autor⁸, esta abordagem é característica de várias obras do professor Oswaldo Rodrigues Cabral, especialmente sua *História de Santa Catarina*⁹, das obras do professor Jali Meirinho, como *A República em Santa Catarina*¹⁰, e do professor Carlos Humberto Correa.¹¹ Quanto

Burke na abertura de seu livro *A Escrita da História* (1992, p. 7-37), ou seja, o paradigma elaborado principalmente a partir do século XIX, que se tornou o *sensu comum* sobre como deve ser escrita a história.

⁷ PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: Sua História*. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983. p. 404-437.

⁸ PIAZZA, W. F. *A Colonização de Santa Catarina*. Porto Alegre: BRDE, 1982, entre outros.

⁹ CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*. 3 ed., Florianópolis: Lunardelli, 1987 (1 ed. 1986).

¹⁰ MEIRINHO, Jali. *A República em Santa Catarina, 1889-1900*. Florianópolis: UFSC, 1982.



a este último autor, é preciso ressaltar seu trabalho com a história oral, que foge um pouco dos cânones da *história tradicional*.¹²

Todas estas obras, bem como as que deixo de citar aqui, mas que são encontradas com facilidade na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, na Biblioteca da UFSC e em várias outras em todo o Estado, têm servido como referência a muitas das produções historiográficas de âmbito local ou temático. No entanto, é preciso fazer uma ressalva bastante grave, embora não se aplique a todas as obras citadas, quanto à citação das fontes utilizadas. Apesar de muitas vezes apenas narrarem os acontecimentos, especialmente as obras mais gerais, quase sempre deixam de citar as fontes utilizadas e os arquivos nos quais poderiam ser encontradas, dificultando bastante o trabalho de verificação e de aprofundamento do estudo.

Esta forma narrativa, que omite as fontes e gera a impressão de um conhecimento verdadeiro e único, faz parte do modelo de história tradicional já descrito e contrasta vivamente com as novas formas narrativas a que nos referimos posteriormente.

2. *Abordagem local tradicional*

Sob este título, pode-se agrupar uma grande quantidade de obras que podem ser extremamente úteis ao estudo da história de Santa Catarina. São dezenas de obras de âmbito municipal, fruto do esforço solitário de historiadores, muitas vezes amadores.

Segundo Raphael Samuel, “a história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma idéia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos”.¹³ é uma história próxima e viva e no entanto muitas vezes “embora escrita como um trabalho de amor, é tão repetitiva e sem vida”.¹⁴

A resposta a este paradoxo, apontada pelo autor, está relacionada a diversos fatores: às fontes utilizadas, aos métodos de pesquisa e principalmente à própria noção de história local. Esta última questão se refere à delimitação do objeto de estudo, ou seja, o

Idem. *Datas Históricas de Santa Catarina. 1500 – 1985*. Florianópolis: UFSC/Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina, 1985.

¹¹ Por exemplo, CORREA, Carlos Humberto. *Um Estado entre duas Repúblicas*. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1984; Idem, *Os governantes de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1983.

¹² Idem. *História Oral, Teoria e Técnica*. Florianópolis: UFSC, 1978.

¹³ SAMUEL, Raphael. *História Oral e História Local*. mimeo., p.2.

¹⁴ Idem, p.4.



local é para estes historiadores uma “entidade distinta e separada que pode ser estudada como um conjunto cultura”.¹⁵

Assim, num interessantíssimo conjunto de livros sobre a região de Lages, Licurgo Costa reúne fatos os mais diversos, desde a criação do primeiro time de futebol aos acontecimentos da política local, biografias dos *grandes homens*, políticos, fazendeiros, padres -, fundações de associações beneficentes e clubes sociais. A única coisa capaz de dar alguma unidade a tudo isto é a localidade onde todos os eventos se passam. Tudo perpassado por um grande elogio das elites locais, colocadas como sujeito da história.¹⁶ Esta abordagem historiográfica remete-nos mais uma vez às características da chamada *história tradicional*, acima descritas, e muitas vezes tem sido uma história *vista de cima*, embora circunscrita a um âmbito local. É nestas histórias que aparece a figura do *fundador* da cidade, ou das principais famílias, muitas vezes presentes ainda na economia e na política. Há geralmente certa preocupação com a Toponímia – origem dos nomes dos lugares a que se refere -, e com a genealogia das principais famílias.

Entretanto, muitos são também os fatos, os personagens e os sentimentos de certas épocas que podem ser captados através desta história local. Os volumes de *memórias* e *notícias*, narradas por Oswaldo Rodrigues Cabral sobre Nossa Senhora do Desterro, são exemplos magistrais deste tipo de história, que tem servido de alimento e de estímulo a vários *novos* historiadores. Com muita ironia e linguagem muito atraente, o autor passeia pela história da cidade, contando desde fatos *memoráveis* a episódios do cotidiano.

Neste passeio pela cidade e seus arredores, realizado pelos autores de histórias locais, muitas vezes são publicados documentos interessantes, são organizados arquivos e o passado passa a interessar a um grupo menos restrito da população. Nota-se também em várias cidades do Estado uma certa retomada e valorização de fatos do passado a partir de questões bem presentes, como as que dizem respeito ao turismo. Esta *valorização*, no entanto, geralmente fica em nível do discurso, raramente gerando iniciativas efetivas do poder público e de particulares no sentido da preservação e divulgação do patrimônio histórico.

3. Abordagem Temática

¹⁵ Idem, p.12.

¹⁶ COSTA, Licurgo. *O Continente das Lages: sua história e influência no sertão da terra firme*. Florianópolis: FCC, 1982, 5 vols.



A delimitação de objetos temáticos de estudo histórico, que fogem ao padrão tradicional estabelecido pelas divisões políticas nacionais, estaduais e municipais, é a tendência mais atual na pesquisa de historiadores do século XVIII, foi retomada com grande impulso e novas abordagens a partir da chamada *Escola dos Annales*, iniciada por Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929.¹⁷ Contrapondo-se à chamada *história tradicional*, os estudos históricos realizados em torno da Revista *Annales* propuseram diversas transformações para a prática dos historiadores. Talvez uma das principais seja justamente a proposição da *história-problema*, ou seja, da negação da simples narrativa de acontecimentos em função da problematização de questões, as quais o historiador deve procurar responder. A interdisciplinaridade com relação a outras ciências sociais, a atenção a fontes muitas vezes desdenhadas pelos historiadores tradicionais, tais como a iconografia e a literatura, bem como a possibilidade de centrar os estudos em temas e processos antes colocados à margem da história, foram algumas das modificações instituídas.

Assim, esta proposta, chamada por muitos de *nova história*, tem em comum mais a negação dos métodos tradicionais do que uma unidade metodológica. Na verdade, o que aconteceu foi a abertura de todo um novo espectro de possibilidades para o estudo da história.

Uma destas tendências foi a análise das estruturas, ou seja, das mudanças econômicas e sociais de longo prazo e das mudanças geoistóricas de muito longo prazo, cuja obra culminante foi *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, de Fernand Braudel. Há pelo menos uma obra neste sentido na historiografia de Santa Catarina, a *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina – estudo das alterações estruturais (século XVIII – 1960)*, realizada sob a coordenação do professor Américo Souto.¹⁸ O livro faz uma análise da estrutura econômica das diversas regiões de Santa Catarina e suas transformações ao longo do tempo, deixando de lado a narrativa de acontecimentos para apenas mencioná-los na medida em que interferem decisivamente na transformação econômica.

Também preocupados com uma análise centrada na estrutura econômica, alguns estudiosos marxistas têm contribuído muito para a historiografia catarinense. Dentro do campo da geografia, temos os estudos do professor Armem Mamigonian sobre a

¹⁷ BURKE, Op. cit., p.17.

¹⁸ Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina (CEAG-SC). *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: CEAG-SC, 1980.



industrialização do Vale do Itajaí e de seus orientandos professor Nazareno José de campos e professora Célia Maria e Silva sobre a economia do litoral catarinense.¹⁹ No campo sociológico, não se pode deixar de citar o trabalho sobre *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*, realizado por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni.²⁰

Durante a década de 70, a grande moda na história, em nível mundial, foi a utilização de métodos estatísticos e demográficos para estudos os mais diversos, inclusive para a chamada *história das mentalidades*, iniciada de maneira bastante diferenciada por Lucien Febvre. A história demográfica foi instituída como uma das linhas de pesquisa do curso de Pós-graduação em História da UFSC, criado naqueles anos. Há disponíveis, portanto, vários estudos demográficos realizados como dissertações de mestrado, sobre várias localidades de Santa Catarina. Esta metodologia possibilita, através de dados cartoriais e de igrejas, como registros de nascimentos e mortes, casamentos, inventários, além de censos, uma visão bastante interessante de aspectos da vida no passado. O método traz alguns problemas, pois leva a que se substituam as pessoas por números e os comportamentos, emoções e experiências por médias.

Também alguns estudos de história econômica tendem a colocar nas tabelas de dados numéricos toda ênfase, muitas vezes deixando de apresentar outras possibilidades de interpretação dos dados e mesmo de descrever como foram obtidos. Desta forma, embora com um objeto de estudo delimitado tematicamente, muitos estudos acabam por mostrar-se muito semelhantes àqueles que descrevi como *tradicionais*, pois pretendem que os números assegurem sua objetividade e geralmente apresentam uma história *vista de cima*, já que estes números são obtidos normalmente em documentos oficiais.²¹ Algo bastante diferente disto tem sido experimentado de alguns anos para cá, principalmente em dissertações de mestrado e teses de doutorado, em sua maioria ainda não publicadas. Na esteira das chamadas *terceira geração dos Annales* e *Escola Inglesa* (Thompson, Hobsbawm, Hill), vemos uma grande valorização de uma história de fragmentos, muitas vezes *vista de baixo*, utilizando-se de fontes muito diversificadas. São estudos centrados

¹⁹ MAMIGONIAN, Armen. Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 27(3): p.389-481, jul-set.1968.

CAMPOS, Nazareno José de. *As terras comunais na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC/FCC, 1991.

SILVA, Célia Maria e. *Ganchos (SC): Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira*. Florianópolis: UFSC/FCC, 1992.

²⁰ CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio. *Cor e mobilidade Social em Florianópolis*. São Paulo: Nacional, 1960.

²¹ Ver por exemplo HÜBENER, Laura Machado. *O comércio do Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1981.



em temas bastante locais e específicos, mas que abrem *janelas para o mundo*, como coloca Raphael Samuel.²²

Talvez se possa colocar o trabalho de Hermetes Reis de Araújo, sobre a *modernização* de Florianópolis no início do século XX, como precursor deste movimento.²³ A dissertação de mestrado do professor Henrique Luiz Pereira Oliveira, por exemplo, ao analisar a prática da exposição (abandono) de crianças em Desterro no século passado, abre uma janela não só para a sociedade desterrense e para os processos locais de remodelação das condutas, mas também para as práticas e processos contemporâneos ou não em nível de Brasil e do mundo Ocidental.²⁴ A tese de doutorado da professora Maria Bernardete Ramos Flores segue caminho semelhante ao preocupar-se com a farra-do-boi e outras festas na Ilha de Santa Catarina, fazendo relações entre o presente e o passado e utilizando o tema para discutir questões como a memória, o imaginário, representações e a própria construção historiográfica.²⁵

Novos trabalhos têm procurado mostrar grupos antes mencionados apenas de *passagem*, sua participação e os mecanismos de sua exclusão como, por exemplo, o livro *Negro em terra de branco*, trabalho coletivo coordenado pela professora Joana Maria Pedro, sobre a escravidão e o preconceito racial em Desterro no século XIX.²⁶ A mesma autora, em sua tese de doutorado, explorou as representações e a vida cotidiana das mulheres em Desterro no século passado.²⁷

Para que estes grupos de *excluídos da história*, utilizando a expressão de Michelle Perrot, possam constituir objeto de análise, foi preciso valorizar o cotidiano como lugar de história, confrontando a noção tradicional de *fato histórico*. Para encontrar este cotidiano, para além das fontes tradicionais, foram remexidos os arquivos de polícia, os processos judiciais, documentos privados, colunas de leitores nos jornais. Outra fonte importante tem sido a história oral, que, pelo menos para uma história mais recente e principalmente para uma história que diz respeito à cultura, ao modo de vida de grupos que raramente têm acesso à escrita, constitui-se como fundamental.

²² SAMUEL, R. Op. cit., p.15.

²³ ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A Invenção do litoral*. São Paulo: PUC, 1988. Dissertação (Mestrado em História).

²⁴ OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *Os Filhos da Falha. Assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887)*. São Paulo: PUC, 1990. Dissertação (Mestrado em História).

²⁵ FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Teatros da vida, Cenários da História: A Farra do Boi e outras festas na Ilha de Santa Catarina*. São Paulo: PUC, 1991. Tese (Doutorado em História).

²⁶ PEDRO, Joana Maria et alii. *Negro em terra de branco. Escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

²⁷ PEDRO, Joana Maria. *Mulheres Honestas, Mulheres Faladas: uma questão de classe*. São Paulo: USP, 1992. Tese (Doutorado em História).



A partir de instituições como as igrejas, também se tem realizado análises que *abrem janelas* para a heterogeneidade cultural de Santa Catarina e suas configurações históricas. É o caso dos trabalhos de élio C. Serpa, através dos quais se pode vislumbrar parte do imaginário e da vida, especialmente da região do Planalto de Lages.²⁸

Existem outros trabalhos que podem ser citados, desde os que tratam sobre movimentos sociais, como os trabalhos de cunho gramsciano da professora Marli Auras sobre o contestado e outros movimentos em Santa Catarina²⁹, ou os que se detiveram em analisar o caráter milenarista deste movimento³⁰, até os que apresentam os imigrantes estrangeiros, especialmente aqueles que se tornaram empresários, como responsáveis pelo desenvolvimento industrial catarinense, como a professora Maria Luísa Renaux Hering.³¹ Todos mostrando novas facetas do *nó cultural*, da grande heterogeneidade que perpassa a construção histórico-cultural de Santa Catarina. No entanto, a pretensão deste artigo é apenas a de provocar o debate sobre a historiografia catarinense.

Muito tem sido pesquisado e escrito, mas pouco tem chegado até os bancos escolares do primeiro e segundo graus, nosso grande canal de divulgação do conhecimento histórico. O que chega à população, seja através das escolas, seja através da imprensa e de folhetos turísticos, é muito ainda a *história tradicional* que, se por um lado, assume extrema importância como obras de referência para os próprios *novos historiadores*, por outro, pouco dizem respeito a essa população, sua cultura e aspirações. Uma história mais próxima do cotidiano poderá, talvez, fazer-se mais próxima para as pessoas, possibilitando uma leitura crítica do presente.

²⁸ SERPA, Élio C. *Igreja e Catolicismo popular no Planalto Catarinense (1891-1930)*. Florianópolis: UFSC, 1989. Dissertação (Mestrado em História).

²⁹ AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. Florianópolis/São Paulo: UFSC/Assembléia Legislativa/ Cortez. 1984. Idem. *Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "opção pelos pequenos"*. São Paulo: PUC, 1991. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação).

³⁰ Sobre a questão do Contestado temos várias obras de grande importância, entre as quais: QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social, A Guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. e MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do Novo Século. Um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

³¹ HERING, Maria Luísa Renaux. *Colonização e imigração no Vale do Itajaí. O modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: FURB, 1987.

